

Governo decide até o dia 19 se suspende moratória

Kido Guerra

BRASÍLIA — O governo decide até o dia 19 se suspende ou não a moratória através do pagamento simbólico (*token payment*) de parte dos juros devidos. A informação é de importante assessor do ministro Bresser Pereira, que esclareceu ser tal decisão de caráter político, passando necessariamente por uma ampla discussão interna entre as forças políticas e o governo.

Até 19 de outubro, data da próxima etapa da renegociação com os bancos credores, o governo estará praticamente em compasso de espera. Depende das condições das reservas cambiais e da receptividade dos credores à proposta brasileira, a moratória poderá ser suspensa.

Tanto a ida ao FMI como o fim da moratória compõem hoje, segundo esse assessor, a principal questão da economia nacional

no âmbito do governo e devem ser tratados com rapidez caso se queira obter uma solução global para a dívida externa. Caso contrário — raciocina o assessor — “é só jogar as coisas para o alto e ver o que acontece”.

Há quase um consenso na equipe do governo que negocia a dívida em relação à necessidade de uma normalização das relações do Brasil com o sistema financeiro, que tem no FMI seu ponto de apoio. “Fazemos parte desse sistema e temos que conviver com isso”, explica.

Também há a preocupação unânime de que a postura do FMI no que diz respeito ao monitoramento da economia dos países que a ele recorrem não mudou. “A ingerência é a mesma de sempre, e a política que o FMI recomenda é recessiva e no Brasil foi especialmente prejudicial”, analisa o assessor de Bresser, explicando que o governo teria que buscar fórmulas para um acordo mais ameno com o

Fundo Monetário Internacional, que reduzisse os efeitos do monitoramento.

Uma reaproximação com o FMI também faria parte do acordo que se espera obter com os bancos comerciais privados, a quem o Brasil deve, atualmente, cerca de 67 bilhões de dólares. Como já anunciou Bresser Pereira, a reaproximação se intensificaria após o fechamento do acordo com os bancos credores que, embora não exijam a ida antecipada do Brasil ao FMI, querem um entendimento posterior.

No governo, acredita-se nessa hipótese, sobretudo porque é positiva a avaliação que os principais assessores de Bresser Pereira fazem do primeiro contato com os credores, efetuado na semana passada, nos Estados Unidos. Embora haja pontos de total divergência entre o governo brasilei-

ro e os bancos (que não aceitam, por exemplo o *spread* zero, ou seja, a eliminação da cobrança de uma taxa de risco), o item principal da proposta do Brasil — *securitização* da dívida — está sendo apreciado por parte dos credores. Exceção feita aos bancos norte-americanos: apesar do aval do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, à transformação de parte da dívida em títulos brasileiros, os principais credores não têm a menor simpatia pela idéia.

O governo também está trabalhando com a hipótese de que o Brasil não sofrerá nenhuma retaliação dos credores, como a reclassificação dos créditos brasileiros. Essa decisão será tomada, ou não, em 26 de outubro, durante a reunião do comitê interbancário dos credores brasileiros, em Washington.